

Despacho n.º 12 860/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Inspeção a Bancos e Outras Instituições de Crédito (DIBIC) da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária apresentou a proposta de nomeação de Maria Cristina dos Santos Mourinho como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Inspeção a Bancos e Outras Instituições de Crédito (DIBIC) da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária, em comissão de serviço e pelo período de três anos, a inspectora tributária assessora principal, grau 7, do grupo de pessoal da administração tributária (GAT), Maria Cristina dos Santos Mourinho, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

2 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Despacho (extracto) n.º 12 861/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Inspeção a Empresas não Financeiras II (DIEF II) da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária apresentou a proposta de nomeação de Luís Pedro Coelho Ramos, como sendo o candidato que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Inspeção a Empresas não Financeiras II (DIEF II) da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária, em comissão de serviço e pelo período de três anos, o inspector tributário do nível 2, grau 4, do grupo de pessoal da administração tributária (GAT) Luís Pedro Coelho Ramos, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

2 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum vitae

Identificação:

Nome — Luís Pedro Coelho Ramos.
Naturalidade — Almada.
Nacionalidade — portuguesa.
Data de nascimento — 10 de Novembro de 1975.

Habilitações académicas:

Licenciado em Contabilidade e Administração Fiscal pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL), com a classificação final de 14 valores, em Fevereiro de 1999;

Pós-graduação avançada em Direito Fiscal no Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a classificação final de 16 valores, no ano lectivo de 2004-2005.

Actividade profissional:

Chefe de divisão, em regime de substituição, de Inspeção a Empresas não Financeiras II da Direcção de Serviços de Inspeção Tributária (desde Fevereiro de 2006);

Coordenador da Equipa de Preços de Transferência existente na Direcção de Serviços de Inspeção Tributária (de Janeiro de 2004 a 2006);

Inspector tributário na Direcção de Serviços de Inspeção Tributária (Novembro de 2000);

Auditor na Moore Stephens — Auditores e Consultores e na A. Gonçalves Monteiro & Associados — SROC:

Assistente (1997);
Sénior (1999);
Supervisor (2000).

Actividades complementares:

Formador em diversas acções de formação de preços de transferência promovidas pelo Centro de Formação da DGCI;

Representante da administração tributária portuguesa em diversos seminários *fiscalis* versando sobre a temática dos preços de transferência;

Participação em grupos de trabalho, recepção de delegações estrangeiras e visitas de trabalho no âmbito dos intercâmbios promovidos pelo Programa Fiscalis;

Participação na obra literária *Preços de Transferência — Casos Práticos*, publicada pela Vida Económica.

Formação profissional:

Frequência de diversos cursos, seminários e congressos nas áreas do comportamento, chefia e liderança, direito do desporto, instrumentos financeiros derivados, contabilidade e fiscalidade, promovidos pela DGCI e por outras instituições, designadamente o seminário de alta direcção no Instituto Nacional de Administração.

Direcção-Geral do Orçamento**Despacho (extracto) n.º 12 862/2007**

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece, no n.º 1 do seu artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura de lugar;

Considerando o número de lugares vagos no cargo de direcção intermédia do 2.º grau designado por chefe de divisão de Contabilidade, previsto no artigo 11.º da Portaria n.º 346/2007, de 30 de Março, nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, ao abrigo do disposto conjuntamente nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o assessor principal da carreira técnica superior de regime geral do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, que reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, licenciado José Joaquim Duarte Lourenço no cargo de chefe de divisão de Contabilidade, afecto à Divisão de Serviços do Orçamento e Recursos Próprios da Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários, com efeitos a 1 de Maio de 2007.

Nos termos do disposto no artigo 31.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, autorizo o licenciado José Joaquim Duarte Lourenço a optar pela remuneração que lhe é devida pela categoria de origem.

22 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Despacho (extracto) n.º 12 863/2007

Por despachos dos directores-gerais do Orçamento e do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais de 4 e de 15 de Maio de 2007, respectivamente, foram os licenciados Maria João Dias Pessoa de Araújo e José Joaquim Duarte Lourenço, assessores principais do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, transferidos para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral com a categoria de assessor principal da carreira técnica superior de regime geral, com efeitos a partir de 1 de Maio de 2007, inclusive, considerando-se nesta data exonerados dos respectivos lugares de origem. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Despacho (extracto) n.º 12 864/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, proferido no uso de competência delegada, é nomeada a licenciada Maria Isabel Cezar Lobato de Faria Rijo na categoria de assessora de orçamento e conta principal, da carreira técnica superior de orçamento e conta, do quadro desta Direcção-Geral, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

28 de Maio de 2007. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Dias Sequeira*.

Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE)**Aviso n.º 11 322/2007**

Em cumprimento do estabelecido no artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro, dá-se conhecimento de que foi celebrado acordo em ambulatório e internamento no âmbito de consultas de clínica geral e especialidades, patologia clínica, anatomia patológica, medicina física e de reabilitação, radiologia, actos de estomatologia, próteses estomatológicas, serviços de enfermagem, medicina e cirurgia com a Clínica de São Vicente de Paulo — Sociedade

Gestora de Cuidados de Saúde Privados, L.ª, para Algés, Miraflores, na Alameda Fernão Lopes, 16.

Aquando do recurso a esta entidade, deverão os beneficiários ser elucidados por esta sobre os encargos a suportar, os quais, no entanto, não são susceptíveis de posterior comparticipação por parte da ADSE.

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 12 865/2007

Por meu despacho de 20 de Abril de 2007 e por despacho do director-geral do Património de 10 de Abril de 2007, foi Susana Fernandes Simões Joaquim, assistente administrativa do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Património, transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE).

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Despacho (extracto) n.º 12 866/2007

Por meu despacho de 16 de Janeiro de 2007 e por despacho do vogal do conselho de administração da ARSLVT de 20 de Janeiro de 2007, foi Anabela Mendes dos Santos Coelho, assistente administrativa do quadro de pessoal do IPOLFG, E. P. E., transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

1 de Junho de 2007. — O Director-Geral, *Luís Manuel dos Santos Pires*.

Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Despacho (extracto) n.º 12 867/2007

Por despacho de 20 de Março de 2007 do director-geral do Tesouro, no uso de competência própria, foi o licenciado Davide António Nunes Cintrão, titular do lugar de especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro, nomeado definitivamente em lugar de especialista de informática do grau 2, nível 1, do mesmo quadro, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Março de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 868/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Tesouro reportada a 31 de Dezembro de 2006.

Da organização da respectiva lista cabe reclamação, no prazo de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme o n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

30 de Abril de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 869/2007

Por despacho de 13 de Abril de 2007 do director-geral do Tesouro e Finanças, no uso de competência própria, foi o licenciado Carlos António Lopes Pereira, titular do lugar de técnico superior do Tesouro do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeado definitivamente em lugar de técnico superior do Tesouro principal do mesmo quadro, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, com efeitos a partir da data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Despacho (extracto) n.º 12 870/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 do director-geral do Tesouro e Finanças, no uso de competência própria, foi o licenciado Alvaro Manuel Ferreira de Carvalho, titular do lugar de especialista de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nomeado definitivamente em lugar de especialista de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro, nos termos dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 1 do artigo 8.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, conjugados com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 419/99, de 21 de Outubro, com efeitos a partir de 22 de Novembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Maio de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Isabel Ressurreição*.

Inspecção-Geral de Finanças

Aviso (extracto) n.º 11 323/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, faz-se pública a lista do pessoal da extinta Inspecção-Geral da Administração Pública colocado em situação de mobilidade especial, aprovada por despacho de 28 de Maio de 2007 do inspector-geral de Finanças:

Lista nominativa do pessoal do quadro da ex-Inspecção-Geral da Administração Pública em situação de mobilidade especial a partir de 1 de Junho de 2007, elaborada nos termos do n.º 11 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro

Nomes	Carreira	Categoria	Vínculo	Escalão	Índice
Fernanda Lança da Costa Cascaes Guiné.	Técnico superior	Assessor	Nomeação definitiva	2.º	660
Maria Manuela de Sousa Marques Esteves de Barros.	Técnico profissional	Técnico profissional especialista principal.	Nomeação definitiva	3.º	337
Maria de Fátima Pimparel Alves Nuno.	Assistente administrativo.	Assistente administrativo especialista.	Nomeação definitiva	5.º	337
Ana Margarida Pouseiro da Silva Carvalho.	Assistente administrativo.	Assistente administrativo principal	(a)	1.º	222
Didier da Encarnação Vilanova . . .	Auxiliar	Motorista de ligeiros	Nomeação definitiva	8.º	248

(a) Na situação de licença de longa duração desde 2 de Setembro de 2004, sendo-lhe aplicável o n.º 10 do artigo 13.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

28 de Maio de 2007. — O Inspector-Geral, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

Instituto Nacional de Administração

Despacho n.º 12 871/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, Alexandrina Maria Albertina Ferreira Freitas da Silva, técnica profissional especialista do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., foi nomeada, após concurso, técnica profissional especialista principal, da carreira técnico-profissional do mesmo quadro.

28 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Directo, em exercício, *Rui Afonso Lucas*.

Serviços Sociais da Administração Pública

Despacho n.º 12 872/2007

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, e do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma que criou os Serviços Sociais da Administração Pública (SSAP), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 49/2007, de 27 de Abril, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, consubstanciada no modelo de estrutura hierarquizada.